

Vereadores cobram informações do Executivo sobre situação de servidor público

Cristina Vargas

cristina@diariodosudoeste.com.br

Os vereadores que fazem parte da Mesa Diretora da Câmara Municipal de Pato Branco, Claudemir Zanco (PL), presidente; Dirceu Luiz Boaretto (Podemos), vice-presidente; Eduardo Albani Dala Costa (MDB), primeiro secretário; e Romulo Faggion (União Brasil), segundo secretário; juntamente com o vereador Lindomar Brandão (PP), assinam o Requerimento nº 635, de 2022, que solicita ao Executivo Municipal que sejam enviadas a Casa de Leis informações sobre as indagações relativas ao servidor público municipal, Marcos Edgar Hirt, para os devidos esclarecimentos.

Segundo o documento, “em diversas oportunidades, o servidor público municipal Marcos Edgar Hirt

protocolou ofícios e requerimentos junto ao Poder Legislativo, relatando variadas situações funcionais que, em tese, não estão em conformidade com a legislação pertinente. Alguns de seus requerimentos e pedidos foram feitos encaminhamentos para a solução, uma vez que seriam correlatos a comissões em andamento na Casa de Leis. Acontece que o servidor ainda continua protocolando requerimentos e pedidos ao Presidente e à Mesa Diretora, sendo que, em sua maioria, dizem respeito a eventual desvio de função, perseguição e, até, recusa por parte da Municipalidade de atestados médicos a respeito de sua situação de saúde”.

Fatos

No Requerimento, os parlamentares destacam que “os fatos trazidos pelo



ARQUIVO

Os parlamentares conferiram ao Executivo um prazo de 20 dias para que envie as respostas dos questionamentos

servidor podem gerar, dependendo da investigação e levantamento de fatos, à variadas conclusões, tais como apuração de crimes de responsabilidade, improbidade administrativa, crimes comuns, dentre outros, ou, inclusive, a se concluir que nada tem de violação à legislação por parte dos gestores públicos”.

Indagações

Os vereadores ressaltam ainda que “neste diapasão, mesmo se sabendo que estes mesmos requerimentos e pedidos foram enviados ao Ministério Pú-

blico do Estado e ao Ministério Público do Trabalho pelo servidor, a Mesa Diretora do Poder Legislativo de Pato Branco, no uso de suas atribuições legais e constitucionais, vem através deste, indagar o Poder Executivo em relação aos seguintes pontos: Qual a atual situação funcional do servidor Marcos Edgar Hirt, e quais as funções que desempenha? Em que setor/departamento/secretaria o mesmo está lotado, e qual o ato que o nomeou? Há desvio de função em relação ao servidor, levando-se em considera-

ção o concurso público e as alegadas limitações funcionais alegadas? Houve de fato recusa de atestado médico apresentado pelo servidor, e qual a motivação? Há no Poder Executivo algum processo administrativo e/ou disciplinar que envolva o servidor? Se há irregularidades, está-se tomando as devidas medidas para solucioná-las?”.

Prazo para as respostas

Os parlamentares conferiram ao Poder Executivo, através do Requerimen-

to, um prazo de 20 dias para que envie as respostas dos questionamentos, para que, a partir de então, analisem as medidas a serem tomadas, que legal e constitucionalmente competem à Casa de Leis. “Ainda, para que seja dado conhecimento aos vereadores que a compõem, habilitando-os, inclusive, a proporem as diligências e atos tendentes a solucionar o caso”, finaliza o Requerimento, que consta em anexo “todos os documentos recebidos pelo Poder Legislativo inerentes ao servidor Marcos Edgar Hirt, relativos aos anos de 2021 e 2022”.

SISTEMA FAEP



Evolução pela educação

Para construir o mundo em que sonhamos viver, o melhor caminho é a educação. É ela que fornecerá as bases para uma sociedade mais justa e para um planeta mais sustentável. Esse caminho nem sempre é fácil, mas com pequenas atitudes, podemos começar a semear esse sonho.

Foi o que aconteceu em Ibiporã, no Norte do Paraná, onde uma turma de alunos do programa Aprendizagem de Adolescentes e Jovens (AAJ), promovido pelo SENAR-PR, executou um projeto para a recuperação de uma Área de Proteção Permanente (APP) do Lago Beltrão Park, um espaço público que corria risco de se deteriorar do ponto de vista ambiental.

O AAJ trabalha a construção da ponte entre a juventude rural e uma carreira profissional, encaminhando os estudantes para a primeira oportunidade de trabalho, através de uma vivência prática profissional. Muitas vezes o final do programa coincide com o início do primeiro emprego.

Em Ibiporã os jovens de uma turma de “Classificação de Grãos” do AAJ se engajaram em um projeto de recuperação, que dentre suas ações contou com o plantio de 75 mudas nativas, além de um mutirão para retirar lixo e plantas exóticas do local.

A ação trabalhou a socialização e a cidadania, ao envolver a prefeitura do município e a empresa que doou as mudas. Também deixou para sempre uma marca na paisagem da cidade e no coração dos estudantes, que puderam vivenciar mais de perto os dilemas em relação ao meio ambiente que poderão enfrentar no futuro.

sistematicaep.org.br

Grupo solicita audiência pública para debater vacinação contra covid-19 em crianças e adolescentes

Cristina Vargas

cristina@diariodosudoeste.com.br

O grupo “Pais Unidos – Meus Filhos Minhas Regras” protocolou ofício na Câmara Municipal de Pato Branco, na quarta-feira (11), solicitando o agendamento de uma audiência pública para promover o debate com especialistas da área da saúde, sobre a obrigatoriedade da vacinação contra a Covid-19, em crianças e adolescentes.

O recebimento da correspondência, que apresenta 28 páginas de abaixo-assinados, foi confirmado na sessão ordinária dessa segunda-feira (15). Segundo o documento, “consideran-

do a normativa da Secretaria de Educação, no sentido de que sejam apresentadas as carteiras de vacinação da Covid-19, de crianças e adolescentes, para as escolas municipais, o grupo ‘Pais Unidos – Meus Filhos Minhas Regras’, abaixo-assinado, vem, perante vossa senhoria [presidente da Câmara, vereador Claudemir Zanco], requerer que seja marcada, o mais breve possível, audiência pública visando oportunizar, pelas autoridades, esclarecimentos à comunidade pato-branquense sobre o referido assunto”.

De acordo com o ofício, a data provável da audiência pública é 11 de outubro,

às 9h. “Os abaixo assinados, cidadãos de Pato Branco, vem por meio deste ofício requerer a designação de uma audiência pública para promover um debate com especialistas da área de saúde sobre a vacinação contra a covid-19, especialmente acerca da obrigatoriedade de imunização, em crianças e adolescentes, bem como discutir acerca da exigência de apresentação do comprovante de vacinação do covid-19 por ocasião das matrículas escolares, tanto na rede pública quanto particular de ensino, para o próximo ano letivo”.

O documento destaca ainda que “a audiência visa promover um debate estric-

tamente técnico e sem paixões ideológicas acerca da obrigatoriedade da vacina, discussão essa, indubitavelmente, de interesse público. Com efeito, trata-se de um tema que está sendo discutido em diversos municípios do Brasil, razão pela qual Pato Branco também merece promover a presente discussão, onde serão convidados diversas autoridades do município, representantes das secretarias de saúde municipal e estadual, além de profissionais da área de saúde, como médicos e cientistas, destacando-se a presença da Dra. Maria Emília Gadelha (São Paulo/SP), entre outros, tanto favoráveis quanto contrários à vacinação”.